



**INSTITUTO DE PSICOLOGIA
2013**

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: PARA MAIS VIDA ONDE HÁ VIDA

LETÍCIA ELI PEREIRA DE CAMPOS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a SANDRA D. TOROSSIAN

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	4
1. INTRODUÇÃO	5
2. CAMPO DE FORÇAS: TRABALHO, HIGIENE E DISCIPLINA	9
3. DESTERRITORIALIZANDO PARA RETERRITORIALIZAR.....	14
4. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: FAZENDO OUTROS NÓS E ARREMATES.....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6. NOTAS	33
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

DEDICATÓRIA

“... escrevemos para sobreviver, para não morrer por inteiro, ou para deixar algo de durável (não ousamos mais dizer de eterno), para deixar um rastro ou uma marca de nossa passagem, rastro ou marca dos quais esperamos que sejam piedosamente conservados pela posteridade.” (Escrita e psicanálise, Jeanne Marie Gagnebin, p. 136)

Para aqueles que antes de mim se aventuraram a escrever sobre este tema tão difícil que eu dedico este trabalho, por que se ocuparam de falar sobre banalidades da vida. Mas, ainda mais e sobretudo para aqueles que passaram ou passarão pela política de acolhimento institucional, pois se não fossem os espinhos que atravessaram e atravessarão tantas quantas forem as gargantas esse trabalho nem seria necessário. Para balsamar algumas feridas, para menos sofrimento, para mais vida onde há vida.

AGRADECIMENTOS

A todos os que compõem a minha psicologia:

Mãe, por tua inteligência, amor absoluto e força do teu (a)braço;

Pai, pelas inspirações musicais e artísticas e por teres escolhido a melhor mulher do mundo;

Tia Sandrali, pela generosidade incondicional;

Vó Tule, por seres essa mulher guerreira;

Irmãs e primas, pelo laço inexorável que no une;

Amigos, pelos milhares de bons encontros;

Supervisoras de estágios e amparadoras das angústias de uma estudante: Sônia Modena, Ana Paula de Lima, Liliane Terhorst, Viviane Pickering e Fabiane K. Santos;

Rafaela Brasil, pelo peito aberto, pela coragem da verdade e pela dedicação e zelo em tempos difíceis;

Professoras Jaqueline Tittoni, Gislei Lazzarotto e Sandra Torossian, por serem muito mais que tutoras e orientadoras: inspiração para modos de fazer da psicologia uma política de afetações infinitas;

Aos pacientes que, sem saber, confiaram suas palavras a minha escuta e me ajudaram a entender que psicologia é viver o avesso de si e que a vida é feita de muitas e diferentes transformações;

E, finalmente, Rodrigo, por estares sempre aqui.

1. INTRODUÇÃO

Nas revisões bibliográficas podemos encontrar inúmeras críticas ao modo como crianças e adolescentes tem sido levados ao acolhimento institucional. Alguns trabalhos colocam em evidência que a pobreza é quase sempre atrelada à negligência (p. ex. CRUZ, 2006; NASCIMENTO, 2012); que famílias pobres são frequentemente culpabilizadas por não conseguirem, de muitas maneiras e por inúmeros motivos, manter seus filhos; e que as ações do Estado não tem sido suficientes para entender – e intervir sobre – os elementos implicados nos fenômenos de desmantelamento de famílias, de acordo com as peculiaridades das situações. Algumas destas discussões servem de embasamento teórico para a produção deste trabalho de conclusão de curso. Contudo, intento colocar outras questões para além do que já se tem dito e escrito. Produzir este trabalho com o propósito de olhar para a política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes não no sentido de meramente repetir, mas espiar pelas frestas e tentar pôr em evidência invisibilidades, de modo a dar abertura para outros modos de pensar este fazer, colocando talvez em suspensão o que temos hoje. Faz-se necessário uma análise sócio-histórica – ou melhor, biopolítica – da política de assistência social voltada à infância e adolescência e da constituição das famílias devido à importância dessa contextualização. E, também, estranhar alguns instituídos. Não busco encontrar respostas prontas, mas fazer questão ali onde o discurso está dado.

Nos trajetos que percorremos podemos nos desamarrar de nossas convicções enquanto tomarmos as verdades como composições que se fazem a cada vez, sempre passíveis de questionamentos. Porém, espinhosa tarefa a nossa de desterritorializar para, na sequência, reterritorializar, pois implica sempre um risco ao nos deslocarmos das nossas bases. Eventualmente, encontramos-nos num chão demasiado movediço e perigamos afundar. Mas apostando na potência da vida, nas possibilidades de operar na diferença (DELEUZE, 1995), considerando *as palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1999) como nunca acabadas, intento me colocar e colocar o leitor deste trabalho no devir-estrangeiro, no devir-outro da língua (DELEUZE, 1997,p. 15) para pensarmos sobre esse “exílio” que parece configurar o acolhimento institucional.

Tomando a política tal como ela tem sido implementada, pensando nas condições de vida para os sujeitos e devido ao que tem sido dito sobre essa experiência, ela geralmente é vista pela sociedade como o que é certo, mas também como o que

deveria/poderia ser mas não é, considerada como um simulacro de família, um lugar de passagem, temporário, produtor de subjetividades vítimas. É preciso então mergulhar nessa dor de não encontrar lugar que dê sustentação discursiva, e sobretudo afetiva, para a vida acolhida institucionalmente, para fazer emergir dessa prática social cotidiana a legitimidade enquanto *lar* permeado de relações transferenciais. Para tanto, é relevante resgatar ou manter a curiosidade diante das esquisitices do mundo, fabricar outros sentidos, outras palavras e, conseqüentemente outras leituras.

Junto, trago Jorge Amado e os *Capitães da Areia* (1937) para (re)encontrar a bravura daqueles que não se dobram – se desdobram. Mirando, na fantasia, o trapiche, os *Capitães* são estrangeiros na própria língua, os que a alta sociedade odeia tal como os xenófobos odeiam os estranhos a si. Mas também são eles os donos de cidade, aqueles meninos que na ficção corriam pelas ruas da Bahia. O castigo dos outros pela mera existência deles os obriga a inventar estratégias. Sobreviver no caos do mundo: à esquizofrenia das relações sociais, oferecem resistência! Não uma resistência que implode com a potência de vida, muito antes pelo contrário. Uma resistência que faz furo, que provoca rompimento com o instituído. Uma provocação, porque no desejo microfascista de todas as épocas há sempre uma vontade de que o estranho desapareça ou que seja dominado, naquele caso, postos no reformatório que (não re)formava ninguém, acabando com a singularidade. Eles resistem, eles fogem. O devir-matilha os move a se diferenciar, a roubar, a ser malandros, porque a ingenuidade não foi a eles reservada. Estão prontos para o mundo, porque a rejeição, a segregação lhes ensina que para se manterem vivos precisam inventar o tempo-todo. Diante do racismo, da violência, a ginga da capoeira, a risada que incomoda, a ligeireza da mão que se lança à navalha para fazer talho que liberta da fome. Invenção de uma brincadeira, jogo, mandinga, pernada e assovio.

Mas o que essas “crianças que vivem de furto” (AMADO, 1998, p. 3) fictícias têm a ver com a política de acolhimento institucional? Deixemos decantar essa pergunta até o momento em que os meninos da ficção encontrem os da realidade.

Importante frisar que a liberdade da proposta do TCC é uma oportunidade para escolher qualquer assunto que me seja concernente. Essa abertura me faz derivar para a reflexão acerca das crianças e adolescentes sujeitos da política de assistência social de acolhimento institucional. Avistando o estrangeiro, na medida em que diante da composição da nossa sociedade, subjetivada a partir de um ideal de família tradicional,

o acolhimento institucional se coloca como uma condição que é outra, de desvio. Mas nem por isso melhor ou pior, apenas segue outro rumo.

Conforme propõe Kristeva (1994), longe da sua língua materna, a fala do estrangeiro é estranha aos outros. Ele então cria própria forma de falar, com as próprias distorções. Mas essa fala sempre será marcada por um sotaque, que não é nem o da língua de origem, nem o que adota como sua. Segundo essa autora, o estrangeiro é “incompreendido por uma mãe amada e contudo distraída, discreta e preocupada, o exilado é estranho à própria mãe. Ele não a chama, nada lhe pede. Orgulhoso, agarra-se ativamente ao que lhe falta, à ausência, a qualquer símbolo. O estrangeiro seria filho de um pai cuja existência não deixa dúvida alguma, mas cuja presença não o detém. A rejeição de um lado, o inacessível do outro: se tiver forças para não sucumbir a isso, resta procurar um caminho” (KRISTEVA, 1994, p. 13). Desse modo, enquanto a “nossa pátria mãe tão distraída (...) dormia, seus filhos erravam cegos pelo continente” (HOLANDA, 1984) e assim se permitiu que se inventasse jeito de lhes dar abrigo. E sempre há um caminho possível de percorrer cheio de intensidades e desafios.

Mais uma aproximação inspirada em Kristeva, no exílio se habita um espaço existencial que é transitório e ao mesmo tempo fixo, distante da "língua materna". Cabe, portanto, fazermos a digressão de que somos sempre estrangeiros, outros em relação a nós mesmos. E, em se tratando de estrangeiridade, não podemos nos deter tão-somente ao incidente geográfico, mas tomar tomá-la como própria ao ser vivo.

Indo um pouco mais adiante, me permito também utilizar dos argumentos da esquizoanálise para enriquecer esta proposição. Seguindo a problemática deleuziana, para a invenção de uma escrita que me seja própria, pela dificuldade que encontro ao expor meu pensamento concordo que “para escrever talvez seja preciso que a língua materna seja odiosa, mas de tal maneira que uma criação sintática nela trace uma espécie de língua estrangeira e que a linguagem inteira revele seu fora, para além de toda sintaxe” (DELEUZE, ano, p.16). Talvez para nos tornarmos sujeitos de enunciação seja preciso uma apropriação da linguagem e outrar-nos, singularizar-nos. Há potência na vida no abrigo, potência estrangeira de criação de outra linguagem que me faz querer escrever sobre isso.

"Sob a Lua, num velho trapiche abandonado, as crianças dormem.

Antigamente aqui era o mar. Nas grandes e negras pedras dos alicerces do trapiche as ondas ora se rebentavam fragosas, ora vinham se bater mansamente. A água passava por baixo da ponte sob a qual muitas crianças repousam agora, iluminadas por uma réstia amarela de lua."(Amado, 1937, p. 19)

O menino ia para os trilhos do trem para pensar, chorar e não ser visto chorando. Mas naquele lugar por onde o trem passa e indica caminhos (a ser) percorridos, também haverá ao longe uma estação na qual se pode descer ou embarcar, possibilitando sempre de novos começos¹. Um outro menino desenhava estradas, vias tortuosas, a rua toda. Ali imaginava lugares por onde passaria, mas também os porque passou. Os caminhos entrecruzavam-se levando-o para muitas direções, ainda que confusas, sempre evidentes².

2. CAMPO DE FORÇAS: TRABALHO, HIGIENE E DISCIPLINA.

Pretendo, primeiramente, tentar tangenciar o plano das forças que se imprimem no corpo de crianças e adolescentes pobres, os quais são objeto de intervenção por parte do Estado e sobre quem, infelizmente, pesam o preconceito e/ou a vitimização.

Dando um passo atrás para retomar um pouco a invenção das políticas assistenciais no campo da infância e da adolescência no Brasil e depois poder avançar, fica evidente que elas foram sofrendo mutações ao longo dos anos. Há o Código de Menores, produzido 1927 e, depois, o de 1979 com algumas rupturas no discurso e outras discussões, embora as práticas seguissem mais ou menos as mesmas nos mais de cinquenta anos que separam um do outro. Dez anos depois do primeiro código, isto é, em 1937, a partir de um campo de possibilidades, Jorge Amado escreve *Capitães da Areia*, livro-romance em que ficciona o percurso dos meninos de rua da Bahia, colocando em visibilidade a potência de vida daqueles que eram considerados delinquentes juvenis, ladrões. A sensibilidade desse autor nos permite estranhar o tratamento destinado aos menores abandonados. Este livro foi considerado perigoso durante o Estado Novo e incinerado junto com vários outros livros “subversivos” (CARNEIRO, 1999, p. 330).

O Código de Menores, tanto de 1927 como o de 1979 estiveram a serviço de dar um destino social e higiênico para as crianças que perambulavam pelas cidades, no primeiro visava-se a contenção da perturbação da moralidade urbana (BRASIL, 1927), no segundo, o bem-estar do menor. Podemos associar esse *bem-estar do menor* com a lógica de Estado de Bem-estar que tinha como escopo o a “paz” social (NARDI, 2002, p. 6). Conforme aponta Oliveira:

“O Código de Menores de 1927 sedimenta em termos legais a idéia de correção a que deveriam ser submetidos crianças e adolescentes, entendidos legalmente como menores e qualificados como abandonados e delinquentes, respondendo, assim, a objetivos bastante específicos, o que implicava a participação multidisciplinar de saberes. Cabia ao higienista os cuidados com saúde, nutrição e higiene; ao educador, a disciplina e instrução; e ao jurista, conseguir que a lei garantisse essa proteção e assistência. Mesmo antes da Revolução de 30 e do Estado Novo, a formalização jurídica da questão do ‘menor’ já ultrapassava o campo policial para ser equacionada como política social.” (Oliveira, 1999)

O segundo Código vai introduzir no campo da assistência e jurisdição sobre os menores as políticas de bem-estar.

A higienização das cidades passava pela intervenção policial sobre esses sujeitos, juntamente com os mendigos e os desempregados que eram um grande problema a ser resolvido pelo Estado diante de uma cidade que se urbanizava rapidamente. No contexto internacional vivia-se um período de guerra e guerra fria. No contexto nacional, as pessoas eram constantemente vigiadas e punidas. As crianças ganhavam, por seu turno, a alcunha de delinquentes, de marginais, de praticantes de vadiagens, de malandros. Não se tratava ali, portanto, de crianças comuns como as que a classe média da época conseguia manter sob sua vigília – ancorada pelos regimes de verdade e governabilidade – através da família, mas de outro tipo de ser humano tão passível de punição como qualquer outro que trouxesse sobre si algum significativo que lembrasse desordem ou indisciplina. As famílias pobres serão, portanto, objeto de intervenção através de campanhas de moralização e higiene da coletividade (COSTA, 2004, p. 52).

“Lá em cima, na cidade alta, os homens ricos e as mulheres queriam que os Capitães da Areia fossem para as prisões, para o reformatório, que era pior que as prisões.” (AMADO, 1998, p. 102)

Agenciam-se ações muito específicas com o propósito de regular as vidas dos desviantes (nesse caso, os menores abandonados ou oriundos de famílias pobres) em nome da “moral e dos bons costumes”, conforme situa o primeiro Código de Menores (BRASIL, 1927). Existia, nessa conjuntura, larga desconsideração pela família pobre, pois se desconfiava de que dali pudessem emergir cidadãos de bem (concepção provavelmente procedente da racionalidade eugenista/higienista). Para os vadios, mendigos e/ou praticantes de libertinagens havia punições e, em se tratando dos menores, essas punições eram destinadas tanto aos seus pais ou tutores legais quanto a eles diretamente. Duas alternativas para os pais: entregarem seus filhos às instituições de correção – os reformatórios, instituição que se propunha regenerar os delinquentes – ou “garantir, sob fiança, que os filhos serão bem tratados” (BRASIL, 1927, Art. 36).

*Vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas.*⁴

Jorge Amado em *Os Capitães da Areia* afirmou outro modo de olhar para as crianças, fossem elas abandonadas ou não. Amado consegue construir uma narrativa que faz falar os meninos das ruas, desde um devir-outro, um devir-matilha por onde os meninos correm. Trata-se de um discurso, em que pese o contexto em que foi escrito, dentro de uma ditadura velada, que desloca da mentalidade assistencialista, moralista e criminalizante, para a potência do existir, para formas de resistência. Curiosamente, parece haver certa atualidade nesta obra literária, nesse momento em que se faz ampla discussão sobre a maioria penal, discussão essa que traz a sombra de um triste retrocesso sobre o que se conquistou de direitos para o campo da infância e da adolescência.

Interessante notar que desde o início das ações direcionadas à infância e adolescência se pensava em recuperação pelo trabalho, visto que havia essa problemática da *vagabundagem* a ser resolvida e a higienização dos corpos e dos centros urbanos como um todo (retomarei o tema do higienismo mais adiante). O trabalho serve, num panorama geral, como um dispositivo importante na regulação da moralidade das famílias brasileiras, como uma estratégia política que ganha grande destaque a partir da Era Vargas (consolidação dos direitos trabalhistas). Nessa época, o Brasil vive uma ditadura efetivada pelo golpe de 1937, onde o paternalismo/populismo, o autoritarismo e uma forte campanha política trabalhista se exercem como regimes de sujeição para os comportamentos (CARNEIRO, 1999, p. 331). Essas estratégias disciplinares, esses dispositivos de saber/ poder e verdade serão largamente utilizados, resultando em modos de subjetivação pelo trabalho, encontrando na família sua principal referência de reprodução discursiva, por meio da qual operará “um Estado intervencionista e disciplinador das massas” (LEOPOLDI, 1999, p. 118). No interior de uma sociedade subjetivada pela família tradicional, no sentido de que os papéis estão pré-definidos para cada integrante, encontramos as condições para que uma ditadura tal como foi estabelecida se engendrasse.

“Vargas buscou centralizar a máquina governamental e também bloquear as reivindicações sociais. Para isso, recorreu a medidas populistas, pelas quais o Estado se apresentava como pai, como tutor da sociedade, provendo o que julgava ser indispensável ao cidadão. As políticas sociais foram a arma utilizada pelo ditador para justificar diante da sociedade o sistema autoritário, atenuado pela ‘bondade’ do presidente.” (BERTOLLI FILHO *apud* ACURCIO, p. 29)

Alguns detalhes a serem meramente pincelados nessa discussão: temos então a estratégia de educação pelo trabalho que ganha força juntamente à adolescência em especial por utilizar a família como mote de campanha. Chama também a atenção, anteriormente às ditaduras, que desde o século XIX os jovens são obrigados a prestar serviço militar. Para dar destino aos desviantes criam-se “asilos de órfãos e projetos de regeneração dos pobres e ‘vagabundos’ pelo trabalho e [também] pelo serviço militar já preocupavam os capitães gerais e os governantes de províncias” (LEITE, 2006, p. 20). Encontramos práticas de coerção para o recrutamento de jovens para serviço militar. Hoje, nesse sentido, temos a perpetuação dessa prática com a obrigação de apresentação ao exército e àquele que se negar é reservada a detenção. Há registros de 1826 sobre recrutamentos forçados e violentos de “moços” (LEITE, 2006). Conclui-se que a obrigatoriedade da apresentação ao exército não é uma herança do regime da ditadura militar, mas sim de tempos muito mais longínquos. Pode também ser relacionada com a abertura para que os regimes ditatoriais se implantassem dando legitimidade às máquinas disciplinares e de controle social. É nesse momento que se viabiliza a criação de sindicatos dos trabalhadores e a partir daí se iniciam os movimentos sindicais inspirados nos países industrializados. (NARDI, 2002)

Sobrepõe-se, na mesma época d’*Os Capitães...*, uma preocupação com a higienização das cidades, cada vez mais urbanizadas, e também com o desemprego. O olhar que se incide sobre o sujeito-criança não está, naquele momento, necessariamente preocupado em dar melhores condições de desenvolvimento, mas com questões sanitárias e disciplinares. Paralelo a isso, a perspectiva desenvolvimentista e/ou pedagógica que surge mais adiante irá ajudar a construir políticas de intervenção por parte do Estado fundamentadas em uma ideia de ameaça a ser evitada, como se se pudesse prever (sempre numa relação direta com a eminência do perigo).

Contudo, outros agenciamentos coletivos³ foram atravessando o campo das forças desde período das ditaduras. Sobretudo derivados da Assistência Social, da sua

constituição e institucionalização enquanto campo de intervenção, de movimentos sociais e de micropolíticas que foram paulatinamente ganhando força, se corporificando, particularmente a partir dos anos de 1960, nesse período mesmo de regulação e das mais diversas formas de repressão. Com efeito, mesmo na tensão da política brasileira dos anos de 1960 e 1970, há uma efervescência fecunda no âmbito internacional em termos de filosofia, de política, de cultura, modos de exercício do poder que são questionados (cito aqui Maio de 1968 como marco histórico que produz rupturas com modelos rígidos de gestão do poder no ocidente), que reverbera nos agenciamentos do desejo por aqui, abrindo um lastro por onde outros modos de pensar o sujeito e suas relações com a governabilidade se tornam viáveis. É, então, um espaço-tempo de muitas lutas em prol das políticas públicas em paralelo às complicações que se enfrentava no período das ditaduras, mesmo nesse momento em que tudo o que é público é constantemente controlado por ação de polícia belicamente repressora, que se faz operar mutações que trazem um pouco ar puro para o campo da infância e da adolescência, passando estes para um outro estatuto, dessa vez de quem necessita de cuidados. Findada a ditadura militar, entramos em um processo de (re)democratização e o Estatuto da Criança e do Adolescente substitui o Código de Menores com a nova Constituição de 1988. Modificamos as nomenclaturas, que rompem (ou tentam romper) com a impotência/vitimização: de *menores* a *crianças e adolescentes*, marcando assim uma descontinuidade no discurso (ainda que para alguns, especialmente para a imprensa dos dias de hoje o adjetivo *menor* continue sendo amplamente utilizado).

3. DESTERRITORIALIZANDO PARA RETERRITORIALIZAR

Não o levarão. Vêm em seus calcanhares, mas não o levarão. Pensam que elevai parar junto ao grande elevador. Mas Sem-Pernas não pára. Sobe para o pequeno muro, volve o rosto para os guardas que ainda correm, ri com toda a força do seu ódio, cospe na cara de um que se aproxima estendendo os braços, se atira de costas no espaço como se fosse um trapezista de circo. (AMADO, 1998, p. 238)

Embora os movimentos sociais e outras circunstâncias tenham afirmativamente ajudado a construir espaços de interlocução e novos olhares sobre questões de ordem pública – e aqui interessa falar sobre o campo da criança e do adolescente –, para nós ainda se faz sentir a repercussão dos desdobramentos que teve a justiça criminalizadora configurada desde antes das ditaduras, lembrando também os mais de 300 anos do regime escravocrata que deixou marcas nas subjetividades brasileiras. O dispositivo judicial se edifica desde formas de agir e de punir que se adaptam, de tempos em tempos, à realidade do país. No interior de certa forma de democracia que se espraia enquanto ideal por nossas terras, há porém uma democracia que por vezes seleciona quem será ou não privilegiado e onde se situam desigualdades sociais severas. Segundo Nardi, em sua leitura da problemática de Castel, a democracia se caracterizaria por ser um sistema político na qual uma comunidade de cidadãos teria igualdade de direitos, o que não ocorreria na realidade político-democrática brasileira devido a uma série problemas não resolvidos concernentes ao acesso a direitos sociais dos setores mais empobrecidos da população (NARDI, 2002, p. 49).

Do ponto de vista das ações jurídicas, elas incidem sobre as famílias pobres operando uma regulamentação, na maioria das vezes, irrestrita e punitiva com o consentimento tácito de uma parcela expressiva da população.

Vivemos em um país no qual o passado e o presente são marcados por inúmeras muitas violações de direitos e onde a democracia se instaura a partir de ditaduras. Com relação às famílias pobres, os erros e os acertos são milimetricamente visibilizados, estudados, investigados. Partindo da observação de Foucault de que “o controle da sociedade não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo” e que “o corpo é uma realidade biopolítica”,

(FOUCAULT, 1999, p. 80) dentro da estratégia de biopoder, são tomados como massa, objetificados sob o estatuto de potenciais perigosos. Como Foucault nos mostra, os perigosos serão objeto de uma regulamentação forte, instrumentalizada por ações de controle, tendo como justificativa a segurança da população.

Dentro da estratégia de biopoder são efetivadas também políticas assistenciais. Faço a ressalva de que não se trata de dizer que essas intervenções são consideradas como acertadas ou erradas, mas de mostrar que são inventadas e que funcionam a partir de determinadas contingências que vão se apresentando em determinada realidade social e põem em funcionamento várias ações que precisam estar claras, pois se trata de ingerências sobre muitas vidas. E é preciso, ainda, que tenhamos sempre em vista que pairam sobre as políticas de assistência – e precisamos lutar cotidianamente contra isso – os ventos do assistencialismo, da caridade e do controle. Seligmann-Silva (2011, p. 163-164) traz um trecho do livro de J. M. Coetzee (*A vida e época de Michel K.*) em que o personagem diz o seguinte: “Eu escapei dos campos; talvez, se eu ficar na minha, escape da caridade também”. Há uma luta de resistir para não sucumbir à vitimização que sempre se insinua de forma muito sedutora.

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes aparece como possibilidade de resolução por parte do Estado de uma problemática enfrentada pela sociedade frente às crianças e adolescentes “que se encontram em circunstâncias especialmente difíceis”, ou, como o enunciado mais comum, *em situação de risco pessoal e social*. (CRUZ, 2006, p. 99). Trata-se do afastamento temporário ou definitivo de suas famílias de origem. As crianças ou adolescentes são sujeitos, segundo prevê o ECA (BRASIL, 1990), considerados “pessoas em desenvolvimento” que precisam de supervisão e tutela de adultos. A definição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é a seguinte:

“O Serviço de Acolhimento Institucional é o acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos, raça/etnia, gênero e orientação sexual.” (BRASIL, 2010)

“Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades não devem

distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos.” (BRASIL, 2010)

Refletindo sobre as implicações éticas para as profissões que atravessam esta intervenção, cabe perguntar: como fazer com que esses sujeitos possam se (re)inventar a partir do que lhes é imposto? Como fugir da lógica higienista que considera os pobres incapazes de criarem seus filhos?

Um dos caminhos que encontro para articular alguma argumentação a essas perguntas que parecem difíceis de serem respondidas é, antes de tudo, por em questão não somente o acolhimento institucional, mas principalmente a família, considerando ela também enquanto instituição, primeira e tácita para a nossa sociedade. Ou seja, é imprescindível fazer questão ali onde as coisas parecem tão estabelecidas, tão naturalizadas. Concordando com Nascimento, “a vida humana tem fragilidades, e o risco faz parte dela”, assim, “aboli-lo é apostar na padronização, no controle contínuo e na redução da potência do viver” (NASCIMENTO, 2012, p. 40). É preciso romper com o discurso da vulnerabilidade, uma vez que ela é inerente a qualquer manifestação de vida, considerando-o uma tautologia. Enxergar a vulnerabilidade, a negligência das famílias pobres como risco de vida pode ser muito limitador e individualizante. Suspendendo as estereotípias, podemos, assim como propõe Deleuze e Guattari (1997), fazer um movimento de territorialização para em seguida desterritorializar, provocando rupturas no discurso, nos regimes de verdade, para então reterritorializar. Pois as verdades são sempre construções que se dão num espaço-tempo, nos capturando ou nos libertando.

Entendendo a verdade como provisória podemos, primeiro, fazer esvaziar certos conceitos-chave. Por exemplo, *dignidade da pessoa humana*, princípio colocado na Constituição Brasileira de 1988. Na construção das políticas públicas, das leis sociais, essa afirmativa aparece como conceito constantemente repetido, no campo psi, no do direito, mas pouco explorado. Outros conceitos advirão da *pessoa humana*, por estarem imbricados: família, pai, mãe. Seguimos então as pistas deixadas por essas palavras, desatemos alguns nós, sem perder de vista o nosso tema.

4. DESATANDO NÓS: DESNATURALIZANDO A IDEIA DE FAMÍLIA

Quando se fala em *dignidade da pessoa humana*, podemos ficar perplexos diante desse aforismo. Afinal, *que pessoa não é humana?* Segundo a psicanálise, existe, contudo, um esforço de nossa parte, nós seres pensantes dotados de certa razão, de busca pela humanização para vivermos em comunidade. Entretanto, não está dado de pronto ser humano. Humanidade implica alteridade, possibilidade de empatia, de simpatia, de apatia, de escolha, de alienação, mas sempre em relação a outrem que nos invoque. Para a psicanálise de vertente lacaniana o processo de humanização se dá por meio da linguagem. Quer dizer, somente somos na medida em que exista outro que nos reconheça e convoque a nos tornar humanos, desde os primeiros instantes do nascimento, quiçá antes disso.

Ademais, tal é o esforço para humanizarmos que inventamos as instituições e os saberes que naturalizam o humano, tais como: a filosofia, a sociologia, a psicologia entre outros campos do saber que visam investigar ou delimitar o quanto o homem se afasta de sua animalidade, especialmente. E “em construção permanente, o humano está sempre por se definir, e uma vez definido, ele deixa de ser o que era” (LESTEL, 2011, p. 35).

A família é uma instituição também inventada. Devém da agregação de pessoas com interesses mais ou menos comuns, com regras estabelecidas socialmente. A mais tradicional é conformada a partir da relação sexual de um homem e de uma mulher, denominados pai e mãe. Esses dois sujeitos precisam, segundo um dos ideais morais de nossa época, economicamente sustentar (na acepção afetiva e substancial) a composição-família. Muitas outras formas de agregação são possíveis a partir dessa

Neste ponto, travarei uma discussão sobre a formação das famílias brasileiras, como elas se constituíram como lugar de produção de sujeitos, de interesses sociais, de modos de subjetivação. É importante colocar de antemão que essa problematização irá passar pela estruturação da família burguesa, na medida em que a partir dela a família pobre deverá se espelhar, segundo um padrão de normatividade. Esta última vai ser orientada mais ou menos pelos mesmos princípios higienistas que a primeira fora objeto, de um modo menos visibilizado, mas sobretudo impositivo. Então, a família brasileira considerada como objeto de leitura para as outras composições familiares será, para Costa (2004), a burguesa engendrada pós chegada da corte real portuguesa no

Brasil com suas peculiaridades e transformações próprias do nosso processo de aculturação e a configuração de família moderna na França dos séculos XVIII-XIX (DONZELOT, 2001) e no Brasil.

O Brasil foi paulatinamente colonizado. A ideia de nação, de unidade, surge bem mais tarde através de estratégias biopolíticas. Uma delas, se não a principal, segundo Jurandir Freire Costa (2004), foi o higienismo advindo, no caso brasileiro, prevalentemente da medicina. Entre o caos e a desordem reinantes no Brasil-Colônia, a medicina higienista encontrou solo fértil para brotar. Na falta de uma identidade nacional, permitiu-se que diferentes modos de vida se manifestassem e se efetivassem. No entanto, a princípio, cada agrupamento era regido por leis próprias e pertinentes a si. Ali, onde os interesses eram extremamente isolados, voltados para as atividades agrárias e escravagistas e onde os colonos estão reunidos e gerenciados pela figura do pai, o trabalho dos higienistas teve os seus efeitos a longo prazo, de modo persistente e hábil, inserindo-se discursivamente nas práticas das famílias coloniais, trazendo para a intimidade desse *ethos* senhorial o controle social pela higiene dos corpos (COSTA, 2004).

A vinda de imigrantes europeus para o Brasil vai trazer uma nova linha discursiva para a relação dos colonos com os escravos. É a partir desse momento que haverá uma cisão com o modelo escravagista, que por seu turno terá no negro seu algoz, culpado máximo pelo atraso cultural. Os imigrantes tinham “em comum com os brancos nativos o mesmo desprezo para com os negros (...), trouxeram consigo a repulsa e intolerância ao convívio próximo com eles.” (COSTA, 2004, p. 125). Além disso, “a medicina engrossava o caudal da reeuropeização, responsabilizando os negros pela perpetuação dos hábitos incultos e maneiras rudes dos senhores” (COSTA, 2004, p. 125).

Careço, nesse momento, fazer uma pontuação à problemática levantada por Costa, apoiada nas problematizações que fizeram de Foucault um importante metodologista da análise discursiva, por ter aberto caminho para outras formas leitura das realidades sociais onde não se trata de fazer de um único discurso o responsável por processos de subjetivação. Seguindo essa “técnica”, e estou convencida de que seja a mais inspiradora, parece-me que não se trata de encontrar em um lugar *a verdade* que determina os comportamentos em determinada época. Trata-se de encontrar nas multiplicidades discursivas as *condições de possibilidade* para que algo se manifeste e

produza modos de vida. Isto é, “... não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p. 10). Acredito que não é apenas no higienismo que iremos encontrar uma maior compreensão do que fez com que brasileiro se subjetivasse desse modo e não de outro em se tratando de família, mas nas mais variadas condições daquela época que se abriram para o engendramento do dispositivo da higiene (que está entre muitos outros) como *um dos* recursos de que se utilizou para a fabricação daquele tipo de específico de *modus operandi* familiar, um pouco (ou muito) diferente do que foi possível fazer, dentro das condições em que se vivia, no início da colonização brasileira. Ainda na inspiração foucaultiana, assim como “a botânica não pode ser definida pela soma de todas as verdades que concernem às plantas” (FOUCAULT, 2009, p. 10), corro os riscos de afirmar que com o higienismo ocorre o mesmo.

No entanto, a problematização levantada por Costa é muito perspicaz por fazer a leitura da construção das famílias do ponto de vista do higienismo e ainda mais quando faz a constatação de que a medicina ali tem um papel crucial. Principalmente, traz à tona tema tão pertinente. Breve parêntese: o exercício da Medicina foi regulamentado no Brasil somente agora, no ano de 2013 (CFM, 2013), e há alguns anos a discussão – no panorama técnico-político se vê que há uma cristalização das práticas de cuidado em saúde e assistência – e movimentações sociais, jogos de força, contra e a favor da implementação do Ato Médico. Se fosse aceito integralmente como propunha o Conselho Federal de Medicina faria com que outras profissões da área da saúde ficassem, grosso modo, a seu serviço.

A medicina é uma das profissões mais antigas dentro do Estado brasileiro, tendo começado pelas práticas dos curandeiros. Houve disputas entre estes e os médicos que começavam a conquistar a confiança das famílias por meio da persuasão e através da produção de conhecimento científico como formador de verdades. Eis que “A pulverização das funções de curar entre personagens sociais diversos prejudicava social e economicamente os médicos. No séc. XIX, a medicina vai lutar tenazmente contra esta situação, procurando monopolizar o saber e condensar na figura do médico o direito de assistir os doentes” (COSTA, 2004, p. 76). Paralelo a isso, a medicina higienista vai passar a operar discursivamente dentro das casas, delegando papeis a cada um na célula

familiar. A mãe, especialmente, será objeto direto de normalização. À mãe ficará o encargo de dar unidade à família por meio do discurso médico. Tratar-se-á de “ensinar às mulheres a arte da (grifo do autor) *enfermagem doméstica*” (DONZELOT, 2001, p. 23). Em outras palavras, “o médico prescreve, a mãe executa”.

Donzelot nos coloca certo número de exemplos que podemos utilizar para tentar entender como os moralismos foram se produzindo e reproduzindo no tocante à pobreza, às figuras parentais, e sobre a mulher ainda mais visto que é, na maioria das situações, culpada ou responsabilizada mais intensamente pelos destinos das crianças. Para problematizar, tanto Donzelot quanto Costa, apresentam o recorte da amamentação como um ponto em destaque para fabricação de uma identidade materna. No colonialismo brasileiro e no período pré-industrial do contexto francês havia práticas de aleitamento feitas por outras mulheres: pelas escravas aqui, por nutrizas acolá. Na França a burguesia tinha aos seus serviços as nutrizas; nas camadas populares era comum o abandono de crianças em instituições (hospícios, estabelecimentos de beneficência e conventos) e eram objeto da Assistência Pública. No Brasil, verificamos que o abandono de crianças se dava nas mais diversas situações. Costa situa os abandonos provenientes de famílias burguesas para evitar constrangimentos públicos relativos ao adultério ou de práticas sexuais das “moças de família”; de crianças filhas de escravas que eram entregues nas Rodas dos Expostos⁴ (nas situações de famílias ricas mencionadas anteriormente as *rodas* também eram o destino das crianças) para o aluguel do corpo da mãe-escrava como nutriz. O discurso médico vai se utilizar dessas práticas para produzir uma torção onde a mãe será considerada desleixada por não amamentar seus filhos. “Diz Buchan (...), ‘Não há dúvida de que essas crianças tiram todos os seus vícios de suas nutrizas. Eles teriam sido honestos se suas mães os tivessem amamentado’” (DONZELOT, 2001, p.17). As nutrizas (nem sempre) recebiam pagamento por seus serviços e “se ocupavam de várias crianças ao mesmo tempo”. Por esse motivo eram consideradas fonte de manias e de más condutas para as crianças. Além da amamentação, há outra realidade que passa a ser questão do Estado: as crianças ficavam com amas-de-leite (ou nutrizas) até o desmame (as amas recebiam pagamento; na França o dinheiro ficava com elas, no Brasil ficava com os senhores de escravos). Depois desse período teriam de voltar para a Santa Casa de Misericórdia (no caso do Brasil) onde funcionavam as rodas e onde se dava abrigo aos enjeitados ou para os asilos (no caso da França). Entretanto, as Santas Casas não conseguia dar conta do

número de crianças que voltavam para lá. Desse modo, “grande parte das crianças ficava sem ter para onde ir. Acabavam perambulando pelas ruas, prostituindo-se ou vivendo de esmolas ou pequenos furtos” (MARCILIO, 2006, p. 75). Então se fez necessário criar uma discursividade que operasse no sentido da responsabilização das mães frente a suas crianças; produzir uma mãe que tenha necessidade por seus filhos, que o amor materno passe a ser de ordem biológica (COSTA, 2004).

No Brasil, em 1924, cria-se o primeiro Juizado de Menores com o objetivo de prestar “assistência” aos menores de 18 anos. Na verdade, cria-se o Tribunal de Menores não somente com o objetivo de assistência, mas de controle sobre os vagabundos delinquentes, conforme citado anteriormente. A partir dos anos de 1960 passa-se a falar em *bem-estar do menor* e criando-se a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e as FEBEMs (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) pensando em um destino para as crianças pobres.

Voltando à amamentação, o discurso médico-higienista no Brasil passa a fazer apelo à maternidade. As mães ao manterem seus filhos sendo amamentados por escravas ou nutrizes passam a ser consideradas descuidadas, desleixadas. “A escrava foi usada contra a mulher, com o objetivo de culpá-la e torná-la responsável pela infelicidade, doença e morte dos filhos. Foi, também, usada como lente deformadora da conduta sexual dos homens, que passaram a ver em seu corpo o perigo das doenças venéreas e da degeneração da prole” (COSTA, 2004, p. 123). A mãe cuidadosa vai ser aquela que se ocupa de sua prole, alimenta-a, higieniza seu corpo e educa. A mãe será o símbolo do amor, do cuidado com a família.

Ainda há que se definir o papel do pai no processo de naturalização da família nuclear. Ao ele cabe subsidiar financeiramente a família. Naquele momento, “O homem, por seu turno, foi premiado com um novo tipo de submissão das mulheres, criado pelo médico; a submissão, pelo amor, ao marido, aos filhos e ao lar” (COSTA, 2001, p.147). Enquanto isso, trabalhar “fora” foi naturalizado para os homens a partir do momento em que se passa a viver nas cidades. O pai torna-se o provedor máximo e chefe de família. A família será então reordenada em torno da proteção às crianças, da higienização e moralização das coletividades, da regulação massiva do corpo da mulher, da produção de homens e mulheres que estejam a serviço do Estado.

Outro ponto importante: a necessidade do que Donzelot chama de *investigação da pobreza*. Em meados do século XIX o Estado francês passa a investigar as famílias

pobres dentro das suas casas, no sentido de “desarmar os artifícios da pobreza”. As doenças, a filiação, alimentação, qualquer situação era inspecionada para detectar o quanto de verdade ou de falsidade haveria nessas vidas, procurando artimanhas, subterfúgios. Movimentos que tinham por princípio “descobrir e evidenciar, em todo pedido de auxílio, a falta moral que o determina mais ou menos diretamente: essa parte de devassidão que existe em toda a miséria”. (DONZELOT, 2001, p. 67).

Podemos, com esse material, fazer algumas problematizações do nosso tempo a cerca da moralidade que atravessa as famílias. No caso da mulher, começa desde a amamentação com um forte apelo à mãe zelosa de sua prole. Ela deve estar presente para se ocupar do corpo da criança, para fazer a manutenção da educação mais adiante. Ao pai caberia responsabilidade financeira da família e a afetividade ficava em segundo plano. Temos hoje o bolsa-família que está, não por acaso, mais sob responsabilidade das mães do que dos pais; além disso temos práticas de investigação da pobreza atreladas à escolarização das crianças. É importante destacar isso, de modo que possamos desnaturalizar as práticas cotidianas. As mães continuam sendo as reguladoras e ordenadoras da família, e o pai continua sendo uma figura flutuante dentro desse contexto.

Além disso, podemos constatar que há em toda proposta social de intervenção uma névoa permeada de elementos a ser dissipados, mas que estão sempre em jogo: a criminalização, vitimização e a culpabilização. Conforme problematiza Fleury, corroborando com as questões que Donzelot traz acerca da polícia das famílias,

“Para a população mais pobre, o princípio da individualização dos riscos vai se concretizar em programas de proteção focalizados, cujos benefícios em serviços ou transferências de renda implicam requerimentos de *provas de necessidade e cumprimento de certas condicionalidades* (grifo meu) impostas aos beneficiários. Desta forma, a política social passa a funcionar como mecanismos simultâneos de promoção e controle social, desvinculadas da condição de exercício de um direito social” (FLEURY, 2008, p. 73).

Dentro das estratégias que eu aqui tomo como de biopoder praticadas no território brasileiro, Costa relaciona o dispositivo médico (p. 62) através da higienização para a construção de um modelo família. Para o autor, é através desta que a medicina, que tinha interesses especificamente conquista de clientela, virará estratégia do Estado para conseguir adentrar nas famílias coloniais e produzir a nacionalização, ou melhor,

dizendo, construir a noção de identidade nacional. Ali, se trata de higienizar os sujeitos, tornando-os capazes de compartilhar de uma nova lógica de família nacionalizada, educada, disciplinarizada.

5. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: FAZENDO OUTROS NÓS E ARREMATAS

“Companheiros, vamos pra luta...”

De punhos levantados, as crianças saúdam Pedro Bala, que parte para mudar o destino de outras crianças. Barandão grita na frente de todos, ele agora é o novo chefe.

De longe, Pedro Bala ainda vê os Capitães da Areia. Sob a lua, num velho trapiche abandonado, eles levantam os braços. Estão em pé, o destino mudou.

Na noite misteriosa das macumbas os atabaques ressoam como clarins de guerra. (AMADO, 1998, p. 255)

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é atravessado pela família tradicional(izada). Porém, interessa-me fazer deslocamentos. Dar outra tonalidade para a vida no acolhimento, tentando fugir das tão infelizes sombras da vitimização, da culpabilização e da criminalização. Mostrar que pode ser uma alternativa interessante do ponto de vista de outra forma de viver as instituições que nos são impostas como inquestionáveis. Não se trata de fazer uma propaganda dizendo que o acolhimento é bom. Longe de fazer essa redução simplista. Trata-se de olhar para esta política como algo que propõe outro modo de relação familiar, ainda que muitas vezes não se reconheça desse modo.

Primeiramente, não podemos desconsiderar os preconceitos estigmatizantes vividos pelas famílias pobres, as quais desde muito são vistas como incapazes de criar seus filhos e, por vezes, as mesmas também se veem desse modo, como aponta Nascimento (2012). Dentro de uma lógica individualizante, os problemas recaem sobre a família, culpabilizada por problemas que deveriam ser discutidos desde um panorama coletivo. A vulnerabilidade precisa ser tomada como um problema maior e que é concernente a todos, e não só de um extrato social. Precisamos pensar a proteção num plano que expanda o poder das pessoas para uma vida mais digna e, nesse sentido, entram políticas de assistência e políticas de inclusão social que não sejam meramente emergenciais, mas que deem às famílias ferramentas para saírem da margem. Mas, sobretudo, que deem às famílias pobres a legitimidade que as famílias das classes média e alta têm sem sejam necessários interrogatórios, intervenções sistemáticas, punições. Porque a pobreza não quer dizer, e isso a história não cansa de nos dar exemplos,

negligência, vagabundagem, risco, perigo. Pois, “sob a justificativa bem intencionada da proteção ou da prevenção, individualizam-se os desvios da norma, culpabiliza-se, vitimiza-se, criminaliza-se; enfim, pequenas modificações do deixar morrer” (NASCIMENTO, 2012, p. 42). Aliás, o perigo mora nos processos de estigmatização e isso não é problema individual, e sim dos coletivos. Na falta de responsabilização por parte do Estado (lembrando que estamos todos dentro do sistema de Estado democrático e mesmo assim (re)produzimos segregações; o Estado não é uma entidade separada e auto-suficiente) gera vidas nuas, conforme conceitua o filósofo italiano Giorgio Agamben (2002), ou seja, torna vidas totalmente excluídas de proteção, marginalizadas. Há que se ver com muita cautela diante de todo o pedido de retirada de crianças e adolescentes de suas famílias, para que os preconceitos nossos de cada dia não se incidam sobre as decisões.

Feitas essas considerações, diante da impossibilidade de uma família se manter unida conforme nos dita o paradigma familiar que vem sendo naturalizado há muito tempo, atinente à discussão anterior, devemos pensar saídas diante dessa realidade material. O Abrigo passa a ser um lar para muitas crianças e adolescentes. Mesmo para as que mantêm contato com a família de origem, viver em uma instituição implica afetar-se dos mais diversos modos. Ter um lar/família pode ser algo bastante comum e corriqueiro no nível do senso comum, porém envolve uma complexidade de práticas discursivas que se entrecruzam. Envolve uma série de relações afetivas, de gestão da economia desses afetos e da vida social (isto é, questões relacionadas a trabalho, educação, saúde mental e física, acesso a bens de consumo duráveis e não duráveis, etc.). E na abrigagem as circunstâncias não são diferentes, pois vivemos a mesma época, com as mesmas necessidades. É importante frisar que o sujeito, objeto da política de acolhimento institucional, precisa, como qualquer um em qualquer situação, poder contar com uma rede de apoio, afetiva e efetiva, que não o deixe vagar pelas “veredas escarpadas” (DONZELOT, 2001) da institucionalização. E é preciso que essa rede lhe dê amparo, seja o aro que faz a liga com a família de origem para que as relações de identificação não se percam por completo, e quando isso não é possível, seja uma família *outra* com a qual ele pode contar num amplo sentido. E é nesse terreno que eu queria chegar. Para que haja de fato vida protegida integralmente como a política propõe é imprescindível que uma rede de assistência esteja montada, não de modo a de procurar nas motivações da fragmentação da família verdades sobre os problemas que

se incidem sobre o sujeito e a partir daí intervir. Pelo contrário, é importante que essa rede se faça de genuínas conexões, e que no trançado e nos seus respectivos nós se encontre um lastro por onde a criança ou o adolescente possa se constituir. Isto é, intervir no aqui e agora, junto com a família e/ou junto ao sujeito, que não é sozinho, que tem uma história passada da qual não precisa se envergonhar e uma futura para ser construída coletivamente.

Pensando nas políticas de saúde e de assistência social, não podemos ser pueris ao nível de acreditar que funcionam como estão no papel. O que está prescrito não condiz o tempo todo com a realidade, pois há a singularidade humana que não esgota de se atualizar e, desse modo, lidamos o tempo todo com os imprevistos. Na verdade, precisamos enquanto trabalhadoras e trabalhadores sociais e também como sociedade, conforme previsto em lei, fazer operar as conexões das redes. É responsabilidade de cada um tomar as pontas das linhas e fazermos os nós e os arremates.

Existem, porém, no âmbito do trabalho, problemas em nossos campos de atuação e que fazem falhar a trama, provocando buracos que vão repercutir nas vidas das pessoas, e aqui nessa discussão se trata particularmente da política de acolhimento institucional. Um deles é o especialismo que divide e fragmenta a atenção. Mas ainda há um outro que me parece nevrálgico: a implicação, no sentido analítico-institucional⁵ da palavra. Para fazer funcionar essa política (e tantas outras, diga-se) seria interessante fazer da análise institucional, num sentido ampliado, uma ferramenta que nos ajude a pensar nas implicações para dar contorno às vidas das crianças e dos adolescentes. Para isso será necessário como pano de fundo a noção de que dentro dos abrigos ou casarões existem “n” instituições atravessadas. Segundo Baremlitt,

“A implicação se define como o processo que acontece na organização de analistas institucionais, na equipe de análise institucional, a raiz de seu contato, de sua interseção com a organização analisada, intervinda. Também é um conceito que tem certa dívida com a chamada contratransferência da Psicanálise. Só que a contratransferência em Psicanálise é a reação – consciente ou inconsciente – que o material do paciente produz no analista; e na análise institucional a implicação não é apenas um processo nem psíquico nem inconsciente, mas um processo de materialidade múltipla, complexa e sobredeterminada, um processo econômico, político, psíquico heterogêneo por natureza, que deve ser analisado em todas as dimensões.” (BAREMLITT, 2002, p. 65)

Tomando a implicação e como baliza e a premissa de que é em casa que se começa a fazer política, não vejo como não falar do trabalho daqueles que de certo modo moram com as crianças e adolescentes. A implicação política começa dentro de casa mesmo. Ali onde o “fulaninho” mora, na “casinha” conforme frequentemente nomeiam o abrigo, com as pessoas a quem afetivamente se apega, muitas vezes desde a infância até o momento em que se torna adulto – aos 18 anos – para a política e tem que ir embora. Aliás, esse é um ponto que precisa ser rediscutido. A idade de 18 anos é vista como limite. Para o Código Penal, a partir dos 18 anos se é considerado adulto e desse momento em diante se responde individualmente pelas ações. Porém, na realidade em que vivemos na sociedade há *jovens e jovens* de 18 anos. Explico: existem aqueles que têm acesso a seus direitos por estarem protegidos pela família, pela classe social a qual pertencem (média ou alta). Cito alguns desses direitos: de moradia, de ir e vir, de habitar a cidade, de acesso a bens culturais e de consumo. Há, por outro lado, os jovens que são objeto da política de acolhimento institucional. Estes, muitas vezes, não podem contar com a família e, em muitos casos, menos ainda com a política pública que os cuidou e amparou até meses atrás. O abrigo ou casa-lar (modalidades do acolhimento institucional) não teria, a princípio, obrigação com relação a eles quando dos seus 18 anos. Ficam, assim, pela própria conta. Questiono o quanto isso é fazer democracia. Então, cabe perguntar: o que fazer para tornar as vidas desses meninos e dessas meninas uma vida da qual eles se fazem agentes e não vítimas e que possam sair da “casinha” com verdadeiras condições de se tornarem adultos responsáveis por seus destinos? Rede de apoio. Aposto nisto como o que pode fazer a diferença. O movimento institucional, segundo Baremblytt, toma a implicação como um processo existente dentro das organizações a partir de relações de (e com) o trabalho, de relações coletivas de alienação, processos de divisão técnica e social do trabalho, de conflitos. Trata-se também e sobremaneira de “como as determinações alienantes do sistema, responsáveis pela dominação, pela exploração e pela mistificação, estão presentes em cada uma de nossas atividades vitais, as afetivas, as sentimentais, as econômicas, as políticas, as artísticas, as relações com os outros e as relações conosco mesmos” (BAREMBLYTT, 2002, p. 84). Pondero que não se trata de pré-julgamento, de afirmar as pessoas como implicadas ou não com o fazer. Na verdade as pessoas estão implicadas sempre, mesmo quando não se importam ou não se sentem responsáveis pelas consequências do que fazem ou deixam de fazer. Trata-se de afirmar a existência da implicação e de fazer

pensar em como ela se dá nos coletivos de trabalho e de relação com as crianças e adolescentes. Acredito que nesse ponto entro numa outra seara, também importante, mas difícil de explorar nesse trabalho sem que fique superficial que é a do trabalho dos educadores sociais. Prefiro tangenciar o tema do que não falar dele, devido a sua relevância que tem de ajudar a entender a vida acolhida institucionalmente.

A corrente institucionalista afirma que a implicação se relaciona com uma política, e fazer política é da ordem do posicionamento que se toma frente às questões que o cotidiano nos oferece. Tal posicionamento pode ser desde dar o máximo de si no trabalho até o esgotamento ou até a cegueira institucional, no sentido de que ao estar imerso no campo do trabalho eventualmente não se consegue ver soluções para problemas mais simples – chama-se esse processo de *sobre-implicação*. Também pode se cruzar de braços e deixar que o acaso ou o passar do tempo “resolva”. Benevides Barros traz uma definição de sobre-implicação:

“Uma das pontas da sobre-implicação é a ilusão participacionista, um ativismo que quando analisado parte-se em passividades obturadas em seu potencial criador. A sobre-implicação é a exigência não mais apenas de um corpo docilizado, mas de uma subjetividade serializada ansiando por mais identificação com as organizações e as instituições que lhe exigem um suplemento de valor” (BENEVIDES DE BARROS, 1997, p. 190).

Desse modo, importa para a análise institucional

“Colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades - consideradas absolutas, universais e eternas - seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que elas se agenciam é romper com a lógica racionalista ainda tão fortemente presente no pensamento ocidental. A análise de implicações traz para o campo da análise sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa/intervenção de ser bem sucedida” (NASCIMENTO & COIMBRA, no prelo).

Operam os processos de produção de subjetividades “ressecadas de vigor, vampirizadas em sua capacidade criadora.” (BENEVIDES DE BARROS, 1997, p. 191). O que pode fazer nascer outros sentidos é apostar em coletivos de trabalho que possam se reinventar dentro do funcionamento da instituição, que possam fazer desvios,

produzir linhas de fuga que possam derivar para repetição, que possam ser mais conectadas com a vida e não somente com a burocracia que barra os afetos.

No plano individual, se é que dá para situar desse modo, uma vez que a vida *humana* é sempre coletiva, a medida de acolhimento institucional pode operar na vida das pessoas uma espécie de trauma. Afinal de contas, não é pouca coisa ser afastado da família de origem, por pior que ela possa ser. Porque perder é sempre, no nosso contexto social, da ordem do traumático. A perda pode ser não só dos familiares, mas também do ideal de família sustentado pela nossa sociedade. Mesmo quando uma criança é retirada do seio da família ainda muito pequena, há ainda assim uma marca que ela carregará para toda a vida. “... que efeitos subjetivos podem ter uma ruptura escolhida ou imposta com a língua da infância, já que tanto na migração quanto no exílio o sujeito perde aquilo que até aquele momento constitui todo seu mundo. Na maioria das vezes essa ruptura é vista como algo assustador...” (KOLTAI, p. 219). Essa marca pode ser ressignificada. Considerando o lugar onde a criança ou o adolescente vão habitar temporariamente, podemos utilizar a ideia de exílio para tentar de entender o processo pelo qual passam. Sobre tema do exílio, Koltai nos diz que

“aquilo que esse movimento implica de sensação de um não retorno que acompanha o sujeito pela vida afora, fazendo com que ele carregue consigo um mundo que, ainda que exista em algum lugar, de fato já deixou de existir. Entendo por exílio um momento de passagem entre dois lugares – o de origem e o do acolhimento, dois tempos – o do medo e o do alívio, e duas identidades, e que termina justamente quando esse parêntese se fecha, seja por um retorno ao país de origem, seja por uma integração no país de acolhimento e principalmente pelo desejo de ali permanecer sem esquecer, no entanto, as próprias origens” (KOLTAI, 2010, p. 220).

Aos trabalhadores e as trabalhadoras, diante da multiplicidade de encontros com meninos e meninas separados das famílias convém que tenhamos a delicadeza de respeitar o direito “do estrangeiro” de viver diferente, de ser singular, dentro das suas condições existenciais, mas também por outro lado “aceitar ser estrangeiro na própria terra, permitindo-se novos encontros” (KOLTAI, 2010, p. 221), porque somos todos estrangeiros diante do outro. É preciso apostar em uma clínica política, que recebe os estrangeiros de toda ordem, mas neste caso estamos tratando dos que são remetidos a acolhimento institucional, escute a singularidade dessa língua, para que ela possa ser

reconhecida pelo sujeito que fala como uma produção que lhe é pertencente, mas que não é solitária.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poderia eu escrever cem, duzentas, trezentas páginas e ainda haveria muito o que escrever. Contudo, acredito que as falhas e as faltas são deveras importantes para nos mostrar que é sempre possível dizer mais, produzir mais, para que possamos sempre questionar o que já foi colocado. Se não fosse isso estaríamos todos num marasmo sem fim. É porque há problemas que escrever é necessário. E ainda, importante colocar, é possível pensar em muitos modos de ressignificar as tantas instituições que compõem nossa sociedade. Pensar também que a vida humana é sempre vai ser um constante devir, porque sofre modificações durante todo o trajeto, todo o caminho, até o encontro com a finitude.

Mas para retomar o tema proposto, destaco que o acolhimento institucional é uma invenção que pode ser muito perversa, assim como tantas outras invenções, no sentido de que pode fabricar vidas despreparadas para as dificuldades do mundo. Mas pode também ser um lugar acolhedor conforme a semântica da palavra: que recebe de bom grado, que dá hospedagem. Um espaço de mais vida. Por que o acolhimento pode ser como o patinho feio, que demora a compreender “que a cicatriz nunca é segura. É uma fenda no desenvolvimento de sua personalidade que pode sempre dilacerar sob os golpes do destino”. Mas pode também considerar, assim como o patinho, que “essa rachadura obriga (...) a trabalhar incessantemente sua metamorfose interminável. Então, poderá levar uma vida de cisne, bela porém frágil, porque nunca poderá esquecer seu passado de patinho feio. Mas ao se tornar cisne, poderá pensar nele de maneira suportável.” (CYRULNIK, p. 4)

Por fim, termino este trabalho com Cyrulnik, pois eu não saberia dizer melhor que ele, não depois de ter-me metamorfoseado e me tornado finalmente uma psicóloga que entende que é sempre importante a reinvenção de si mesma:

No dia em que os discursos culturais se em não mais considerar as vítimas como cúmplices do agressor ou presas do destino, a sensação de ter sido massacrado se tornará mais leve. Quando os profissionais forem menos incrédulos, escarnecedores ou moralizadores, os feridos empreenderão processos de reparação muito mais cedo do que hoje. E quando os que tomam as decisões sociais aceitarem dispor simplesmente em torno dos prejudicados alguns lugares de criações, de palavras e de aprendizagens sociais, será uma surpresa ver que um grande número

de feridos conseguirá metamorfosear seu sofrimento para fazer dele uma obra humana, apesar de tudo. (CYRULNIK, p. 7)

7. NOTAS:

1. Produzi esta pequena resenha a partir de um trecho do documentário “O que o destino me mandar” de Ângela Bastos (2006).
2. A redação deste texto foi inspirada em um caso clínico que atendi no ano de 2012.
3. O que é um agenciamento? É uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos e que estabelece ligações, relações entre eles, através das idades, sexos, reinos - de naturezas diferentes. Assim, a única unidade do agenciamento é o co-funcionamento: é a simbiose, uma "simpatia". (p.84) - DELEUZE, G.; PARNET C. *Diálogos*. Paris, Flammarion, 1996. Trad.
4. Segundo Marcilio (2006), as Rodas dos expostos ou enjeitados começaram a existir no século XVIII em diversos países europeus. No Brasil este artifício é construído em 1726 e vai operar até 1950. O Brasil é o último país a abolir as rodas (bem como a escravidão, diga-se de passagem).
5. A análise institucional é decorrente do Movimento Institucionalista. Segundo Gregório F. Baremlitt (2002) “O Movimento Institucionalista é um conjunto heterogêneo, heterológico e polimorfo de orientações, entre as quais é possível se encontrar pelo menos uma característica comum: sua aspiração a deflagrar, apoiar e aperfeiçoar os processos auto-analíticos e autogestivos dos coletivos sociais.”

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACURCIO, F. A. *Evolução histórica das Políticas de Saúde no Brasil*. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto MultiplicaSUS: Curso Básico Sobre o SUS, (Re)descobrimo o SUS que Temos para Construímos o SUS que Queremos. Brasília, Editora do Ministério da Saúde, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer – Il potere sovrano e la nuda vita*. Turin Einaudi, 1995. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burgo. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

AMADO, J. (1937). *Capitães da Areia*. (Mestres da literatura brasileira e portuguesa, Vol. I). Record/Altayna, 1998.

BAREMBLITT, G. F. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Belo Horizonte, MG, Instituto Felix Guattari, 2002 (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2). Copyright by Gregorio Barembritt 1^a edição, Record, 1992. https://docs.google.com/document/d/1NlkqwUXFNLQmkJXtBavFzUYC2zkG1HAwwGa5eRWJQgQ/edit?hl=pt_BR&authkey=CJmiuL0M&pli=1, em 31/10/2013.

BASTOS, A. *O que o destino me mandar...* Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). <http://www.youtube.com/watch?v=HVDtiSk7dPw>. Publicado em 02/10/2012. Florianópolis, 2006.

BENEVIDES DE BARROS, R. (1997). *Dispositivos em ação: o grupo*. In: A Silva & cols. (Orgs.), *Cadernos de Subjetividade* (pp. 183-191). São Paulo, Hucitec, 1997.

BRASIL. Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927 Revogado pela Lei nº 6.697, de 1979. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm Recuperado em 11/11/2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/servicos-de-alta-complexidade/servico-de-acolhimento-institucional>, 2010.

HOLANDA, C. B. *Vai passar*. Intérprete: Chico Buarque de Holanda. In: Chico Buarque. Rio de Janeiro, Universal, 1984. (26 min.) Faixa 10.

CARNEIRO, M. L. T. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional*. Repensando o Estado Novo. Dulce Pandolfi (organizadora). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999, http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf, recuperado em 11/11/2013.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 2004.

CRUZ, L. R. *(Des)Articulando as políticas públicas da infância: implicações da abrigagem*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2006.

CYRULNIK, B. *Os patinhos feios*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

DELEUZE, G. *Crítica e clínica*. São Paulo, Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo, Ed. 34, v. 5, 1997.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Graal, (1986) 2001.

FLEURY, S. *Reforma do Estado, Seguridade Social e Saúde no Brasil*. In. MATTA, G. C. (org.). Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro, Fiocruz, EPSJV, 2008.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes (6a edição), 1995.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, (1986) 1999.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo, Loyola, 2009.

KOLTAI, K. *Partir*. SCOTTI, S. et. al. Orgs. Escrita e Psicanálise II. Curitiba, CRV, 2010.

KRISTEVA, J. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LEITE, M. L. M. *A infância no Século XIX segundo memórias e livros de viagem*. In. FREITAS, M. C. de. História Social da Infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2006.

LESTEL, D. *A animalidade, o humano e as “comunidades híbridas”*. In. MACIEL, M. E. Pensar/Escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica. Florianópolis, Editora da UFSC, 2011.

LEOPOLDI, M. A. P. *Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política*. Repensando o Estado Novo. Dulce Pandolfi (organizadora). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999, http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf, recuperado em 11/11/2013.

MACILIO, M. L. *A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950*. In. FREITAS, M. C. de. História Social da Infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 2006.

NARDI, H. C. *Trabalho e ética: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2002. 350 f.

NASCIMENTO, M. L. *Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização*. *Psicologia e sociedade*, 24(n. spe.), 39-44, 2010.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. (no prelo). *Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder*. Capítulo do livro *Produção de subjetividade e direitos humanos*. Editora Fiocruz. <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/analise.pdf>, em 20/11/2013.

OLIVEIRA, S.M. de. *A moral reformadora e a prisão de mentalidades*. São Paulo em perspectiva, 13(4) 1999 <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a07.pdf>, recuperado em 8/04/2013.

PORTAL MÉDICO CFM.

http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23884:senad-o-aprova-projeto-de-regulamentacao-da-medicina-apos-11-anos-de-tramitacao&catid=3

SELIGMANN-SILVA, M. *Mal-estar na cultura: corpo e animalidade em Kafka, Freud e Coetzee*. In. MACIEL M. E. *Pensar/Escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2011.